VÍTIMAS DA RIQUEZA?

A REPRODUÇÃO DA POBREZA EM ZONAS DE MINERAÇÃO

MICHAEL GODET SAMBO
michael.sambo@iese.ac.mz
(www.iese.ac.mz)

Lançamento do Desafios 2018
Data: 08/11/2018; Local: Centro de Conferências das TDM

Estrutura do Artigo

Introdução

Contexto e dinâmicas socioeconómicas de Moçambique após o AGP

- Contexto local

A reprodução da Pobreza nas ZRRN, o caso de Murrua e de Topuito

- Breve Revisão de Conceitos
- Os casos das ZRRN, Murrua e Topuito

Conclusões e recomendações

Introdução

Desde o advento da paz em 1992, Moçambique tem-se caracterizado por extrema pobreza e uma constante corrida para o desenvolvimento socioeconómico; porém, com pouco sucesso de facto.

- Entre 2002 e 2014, o IDE cresceu de USD 347.3 milhões para USD 4.9 biliões (Mucanze,2016); A taxa de crescimento média aproximada dos últimos 18 anos é de 7%/ano (CIA World Fact Book, 2018) com uma desaceleração nos últimos 2 anos.
- Pouco impacto do crescimento na redução da pobreza, dada a ligeira diminuição da percentagem de pobres entre 2003 e 2015, 54.1% para 49.2%; Ao nível internacional o país continua entre os mais pobres do mundo, o 4º em 2002 (rank170) e 8º em 2016 (Rank 181).
- Mas o que é que estes dados dizem sobre as dinâmicas da pobreza e como esta se manifesta em contextos específicos? Qual é a relação entre os projectos de investimento e a redução da pobreza nos contextos de sua aplicação?

O artigo investiga o paradoxo da reprodução da pobreza no seio das pouplações nativas das zonas ricas em recursos naturais (ZRRN) e receptoras de projectos de IDE, analisando as dinâmicas da manutenção da pobreza e a sua relação com os projectos. Focado na Província de Nampula, nas zonas de Murrua no distrito de Angoche e em Topuito, distrito de Larde onde operam as empresas Haiyu Mozambique Mining Company Lda (HMMC) e a Kenmare Resources plc., o estudo é de carácter qualitativo.

- O mesmo argumenta que os projectos de Investimento contribuem para a reprodução da pobreza no seio das comunidades abrangidas

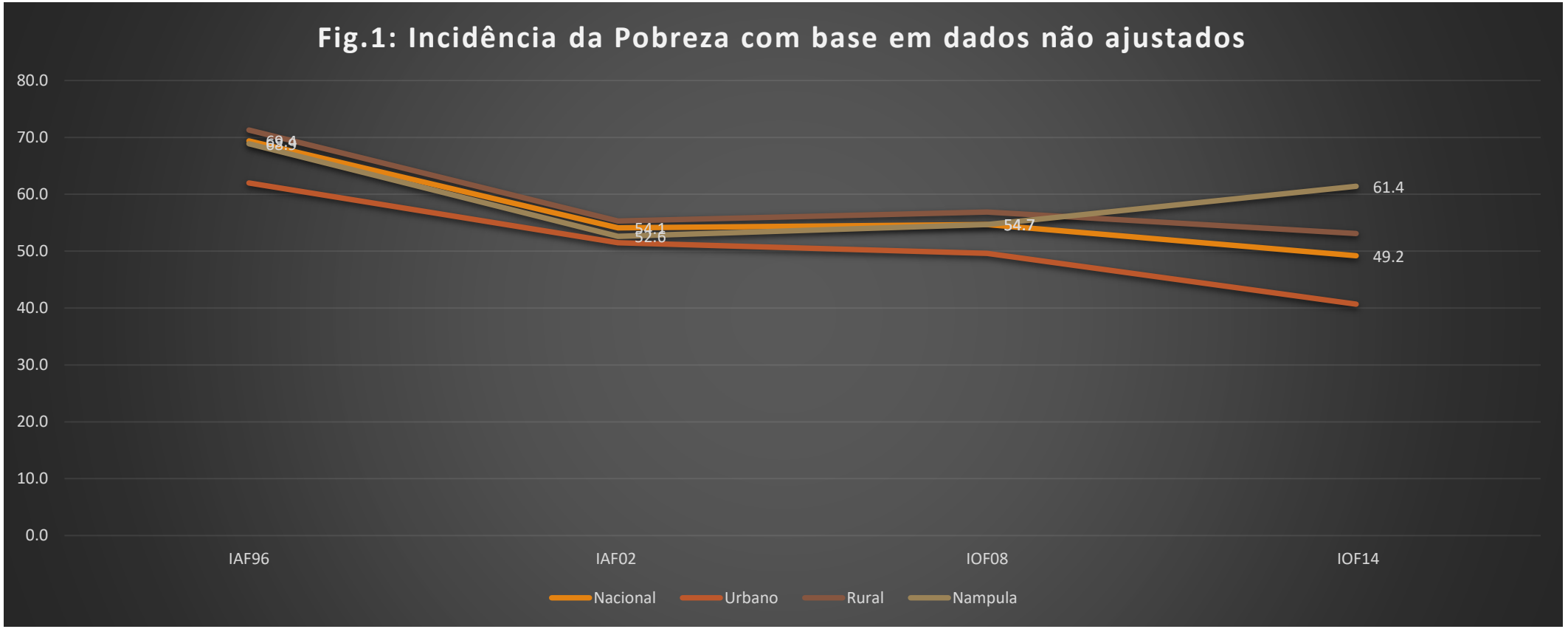
Contexto e dinâmicas socioeconómicas de Moçambique após o AGP

Com a assinatura do AGP, registam-se no país dinâmicas diversas orientadas para o apoio ao desenvolvimento e alívio da pobreza:

- Influxo de ONGs com a perspectiva de ajuda humanitária, apoio a reconstrução e manutenção da paz;
- O país beneficiou-se da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) de perdão da dívida externa em 1998 e em 2001 da HIPC-2 (Negrão, 2003:9). Apesar disso a dependência da ajuda externa ao OGE continuava crescente (Hodges & Tibana, 2005).

Mais tarde, a entrada de capitais assumiu a forma de IDE através de projectos e megaprojectos de exploração dos recursos minerais e energéticos, crescendo ao longo dos anos e influenciando no crescimento do PIB. Facto que por algum tempo se confundiu com melhoria do bem-estar-social. Porém a diminuição da pobreza não acompanhou o mesmo ritmo (fig.1).

Contexto e dinâmicas socioeconómicas de Moçambique após o AGP (Cont.)



Fonte: Quarta Avaliação Nacional da Pobreza (MEF, 2016)

Contexto e dinâmicas socioeconómicas de Moçambique após o AGP

Contexto Local

Zonas outrora remotas (Topuito e Murrua), residentes vivendo de forma idílica;

Chegada dos Projectos de extracção mineira

- Maior atenção dos media sobre aquelas regiões
- incrementa o contacto com as autoridades governamentais distritais
- monetização das zonas
  - aumento da procura dos bens
  - crescente escassez dos produtos
  - aumento da empregabilidade dos residentes nas fases de implantação
- Estabelece-se relação defeituoso entre as comunidades e o Governo

Em consequência disso, as comunidades buscam negociar directamente os seus interesses com as empresas exploradoras, buscando a presença do Governo com vista a vincular e garantir os acordos.

A REPRODUÇÃO DA POBREZA NAS ZONAS RICAS EM RECURSOS NATURAIS, O CASO DE MURRUA E DE TOPUITO

O conceito de pobreza a usar para estas comunidades é teoricamente discutido dadas as condições peculiares destes locais e a multiplicidade de conceitos e indicadores.

Breve revisão de Conceitos

- Abordagem Unidimensional
  - Pobreza de renda: caracterizada pelo uso de um único indicador mensurável – rendimento; consumo; calorias.
  - Conceitos:
    - Linha da pobreza
- Abordagem Multidimensional
  - Caracterizada pela inclusão de vários indicadores (p. Ex.: falta de emprego, baixa renda ou acesso a recursos; baixo nível de educação; pobreza habitacional; problemas de saúde; falta de segurança em geral; falta de defesa e falta de influência política; etc.) e definida através de índices de pobreza.
  - Conceitos
    - Exclusão social;
    - Vulnerabilidade;
    - Pobreza de género;
    - Abordagens de Amartya Sen de direitos; de funcionalidades; e das capacidades; de onde se inspira o IDH (PNUD)
    - Conceito de Pobreza Humana (IPH)

A REPRODUÇÃO DA POBREZA NAS ZONAS RICAS EM RECURSOS NATURAIS, O CASO DE MURRUA E DE TOPUITO (Cont.)

Apesar das ricas abordagens conceptuais e metodológicas, elas são imprecisas para aferir sobre a pobreza dada a sua relatividade e complexidade.

- Autores reconhecem a não existência de uma medida universalmente válida e precisa.
  - "as principais privações variam com as condições socias e económicas das comunidades em questão (Anand & Sen 1997);
  - "*embora as pessoas reconheçam a pobreza imediatamente quando a encontram, geralmente têm dificuldades de dizer precisamente o que a pobreza é,"* […], "*os especialistas enfrentam a mesma dificuldade*"(Walker 2015).
  - "*as definições da pobreza geralmente reflectem o que facilmente se pode medir*" (Robert Chambers 1988 *apud* Harriss 2007).
- Em 2006, Chambers incentiva os investigadores e fazedores de políticas a questionar os próprios pobres sobre os seus constrangimentos e privações a fim de melhor entender e intervir sobre a pobreza.
- Harriss (2007) por sua vez conclui que o conhecimento da pobreza deve ser dependente do contexto.

Os índices se tornam mais relevantes se conjugados com análises qualitativas

A REPRODUÇÃO DA POBREZA NAS ZONAS RICAS EM RECURSOS NATURAIS, O CASO DE MURRUA E DE TOPUITO (Cont.)

Os casos das ZRRN, Murrua e Topuito

Comparando as condições socioeconómicas dos residentes nos períodos antes e depois da chegada dos projectos de extracção permite aferir as dinâmicas da pobreza e factores que a impulsionam naqueles meios.

- O sentimento dos representantes das comunidades e residentes;
- Sentimentos expressos não mencionam explicitamente os indicadores convencionais da pobreza, mas sim os peculiares à eles para garantia do seu bem-estar;
- Por isso, importa analisar o que as próprias comunidades valorizam para o seu bem-estar, em vez de partir do ponto de vista das privações “convencionais”.

A REPRODUÇÃO DA POBREZA NAS ZONAS RICAS EM RECURSOS NATURAIS, O CASO DE MURRUA E DE TOPUITO (Cont.)

Os casos das ZRRN, Murrua e Topuito (Cont.)

Se antes

- Os nativos se caracterizavam por uma riqueza cultural, suficiência material resultante da provisão da natureza, e com menos privações ao acesso dos bens necessários;

Depois

- Passaram para uma situação de escassez dos produtos da natureza (alimentícios, medicinais, para artesanato e construção),
- monetização/comercialização e encarecimento dos bens;
- escassez de espaços para práticas culturais;
- injustas compensações pelos danos resultantes das actividades das empresas;
- Ausência de contrapartidas directas para o caso de Murrua; e altas contestações às contrapartidas no caso de Topuito;
- Geração simultânea de um sentimento de pertença e de exclusão social nas duas comunidades;

De forma geral, os casos em estudo revelam muito sobre as dinâmicas da pobreza naqueles contextos específicos.

Conclusões e Recomendações

A presença das empresas de exploração alterou significativamente o modo de vida das comunidades afectadas, principalmente através do seu impacto no meio ambiente do qual aquelas dependem. Desta forma, impondo nestas comunidades privações ao consumo, saúde, educação (tradicional), desenvolvimento cultural, etc.; consequentemente induziram a monetização e encarecimento do custo de vida para os locais sem oferecer contrapartidas compensatórias (emprego e renda permanentes). Por seu turno a pouca cooperação do Governo com as comunidades e sua aparente aliança com as empresas distancia-o cada vez mais daquelas.

Recomendações

- Os estudos preliminares transcendam o impacte ambiental passando a incluir o impacto social;
- As consultas comunitárias sejam precedidas de informação e consciencialização dos nativos sobre os processos e impactos da exploração que se pretende
- Capacitações prévias dos nativos em formas alternativas de sobrevivência e capacidades técnicas para empregabilidade nos projectos a serem desenvolvidos, bem como fixação de quotas de emprego a estes.
- Envolvimento e participação activa dos nativos na decisão sobre projectos/acções de responsabilidade social à eles destinados, com a colaboração das OSCs existentes.

Obrigado